

ACADÊMICA

Série

RENAN AGUIAR
Organizador

**DIÁLOGOS ENTRE
O PASSADO E O PRESENTE:
Constituição, Direitos Fundamentais
e desenvolvimento no Brasil**

LETRACAPITAL

O livro "Diálogos entre o Passado e o Presente: Constituição, Direitos Fundamentais e desenvolvimento no Brasil" é uma obra que mergulha nas complexidades da relação entre passado e presente, explorando como a Constituição, os Direitos Fundamentais e o desenvolvimento se entrelaçam na realidade brasileira. Com uma abordagem crítica e reflexiva, os autores oferecem contribuições significativas para o debate acadêmico e intelectual sobre os desafios enfrentados pelo Estado Constitucional brasileiro desde sua refundação em 1988.

Ao longo das páginas deste livro, os leitores são convidados a refletir sobre a forma como a inovação e a busca por novidades impactam a efetivação dos Direitos Humanos no Brasil, em um contexto onde o futuro parece se sobrepor ao presente de forma ansiosa e descartável. Com uma abordagem interdisciplinar e uma análise profunda das questões jurídicas, sociais e políticas que permeiam a realidade brasileira, "Diálogos entre o Passado e o Presente" se destaca como uma leitura fundamental para todos aqueles interessados em compreender os desafios do Estado Constitucional brasileiro no século XXI.

Edson Alvisi Neves

*Doutor em História (Uff) e doutor em Direito (Universidade do Vigo)
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Direito da
Universidade Cândido Mendes*

Esta obra nos convida a pensar o Direito de modo interdisciplinar e multitemático, em visões retrospectivas e prospectivas — que é um traço histórico e firme de nossa Universidade Candido Mendes —, na percepção de um constitucionalismo que abarca perspectivas jurídicas, históricas, sociológicas, econômicas etc, que se mostram imbricadas e complementares, desafiando a epistemologia jurídica tradicional e indo a fundo nas complexidades da efetividade de nossa Constituição e dos Direitos Fundamentais.

Leonardo Lorio

*Doutor em Sociologia e Mestre em Direito
Diretor de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Candido Mendes*

RENAN AGUIAR

Organizador

DIÁLOGOS ENTRE O PASSADO E O PRESENTE:
Constituição, Direitos Fundamentais
e desenvolvimento no Brasil

LETRCAPITAL

Copyright © Renan Aguiar (Org.), 2024

DOI: 10.56257/lcbk.978-85-7785-949-8

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

REVISÃO Dos autores

CAPA Luiz Guimarães

PROJETO GRÁFICO Luiz Guimarães

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D527

Diálogos entre o Passado e o Presente: Constituição, Direitos Fundamentais e desenvolvimento no Brasil [recurso eletrônico] / organização Renan Aguiar. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2024.

232 p., recurso digital ; 2 MB

Formato: epdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-949-8 (recurso eletrônico)

1. Direito constitucional - Brasil. 2. Direitos fundamentais - Brasil. 3. Livros eletrônicos. I. Aguiar, Renan.

24-91355

CDU: 342.7(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3553-2236 / 2215-3781 / 99380-1465
www.letracapital.com.br

Sumário

Introdução	7
O Golpe de 1964, os Atos Institucionais e o caminho escolhido para institucionalizar um regime militar no Brasil - o direito como pano de fundo para a legitimação de regimes autoritários e a salvaguarda oriunda dos direitos humanos como vetor de superação do autoritarismo	13
<i>Renan Aguiar</i> <i>José Fabio Rodrigues Maciel</i>	
Solidariedade social, sociedade brasileira e institucionalidade	36
<i>Daniele Ramos Venezia</i>	
A relação entre sociedade e poder judiciário.....	46
<i>Rogério Borba</i>	
Manicômios judiciais - o fim está próximo: a resolução nº 487 do CNJ	69
<i>Isabel Coelho</i>	
Nascer no Cárcere: o abandono institucional de bebês e crianças nas penitenciárias brasileiras	84
<i>Laura Ferla Tuma</i>	
Trajatória da propriedade privada: da sua origem aos desdobramentos ao longo do tempo	105
<i>Fernanda dos Reis Marques</i>	
Breves considerações sobre a industrialização nos primeiros anos do Brasil	122
<i>Giulia Duarte Manzoni</i>	
Reforma Tributária – sua história e o que esperar de bom para o Brasil?	136
<i>Aline Barbosa Almeida</i>	

As estatais brasileiras como instrumento fundamental do desenvolvimento	151
<i>Fernanda de Matos Sepúlveda</i>	
Empréstimo Consignado para Beneficiários de Programas de Transferência de Renda: desenvolvimento ou superendividamento?	181
<i>Helena Cristina R.A.O. Mattos</i>	
Privatizações: análise do desenvolvimento econômico e estratégico do Brasil	201
<i>Patricia Wanderkoke Gonçalves</i>	
Função social do contrato e seus novos paradigmas	219
<i>Felipe Lanna Passos Cunha</i>	

Introdução

A outrora nítida separação entre presente e passado foi dissolvida pelo ritmo imposto à contemporânea forma de viver. Hoje, a “inovação” baliza discursos, dissolve marcadores temporais e aproxima o futuro do presente. A necessidade de novidades projeta – patologicamente – mentes e corpos ao futuro e descarta – ansiosamente – o presente, que se transforma em descartável passado mesmo antes de sê-lo. Neste cenário, novos e graves desafios à efetivação dos Direitos Humanos são impostos ao Estado Constitucional brasileiro, refundado em 1988. É neste contexto que os autores desta obra refletiram sobre a Constituição, os Direitos Fundamentais e o desenvolvimento no Brasil, oferecendo suas contribuições ao latente debate acadêmico e intelectual.

O primeiro Capítulo, produzido por **José Fábio Rodrigues Maciel e Renan Aguiar**, intitulado *O Golpe de 1964, os Atos Institucionais e o caminho escolhido para institucionalizar um regime militar no Brasil - o direito como pano de fundo para a legitimação de regimes autoritários e a salvaguarda oriunda dos direitos humanos como vetor de superação do autoritarismo*, faz a análise do golpe de 1964 e da instauração de uma Ditadura Civil-militar que durou 21 anos, em especial da busca da legitimidade para o regime imposto à sociedade brasileira. Tais governos buscaram, por intermédio do Direito, a legitimação dos respectivos regimes autoritários. O capítulo buscou identificar as causas desses retrocessos na defesa dos direitos humanos no Brasil, bem como o funcionamento do direito como legitimador do autoritarismo de Estado. Segundo os autores, essa forma de agir, atentatória aos direitos humanos, impede avanços à uma sociedade mais igualitária e contribui para a ideia de existência de cidadãos de primeira, de segunda classe e até de terceira classe. Nesse sentido, os autores propugnam que não basta valorizar os direitos humanos, transformando-os em direitos fundamentais; é necessário compreender e combater a na-

turalização das suas violações. Para tanto, Fabio Maciel e Renan Aguiar consideram ser de suma importância conhecer a história jurídico-social brasileira, com especial atenção para a compreensão das formas de funcionamento dos regimes autoritários.

Daniele Ramos Venezia, em seu trabalho intitulado *Solidariedade social, sociedade brasileira e institucionalidade*, apresenta a relação entre a instabilidade das instituições democráticas no país e a formação social brasileira. Segundo Daniele Venezia, o caudilhismo, o insularismo e a desagregação da população são elementos ensejadores da deficiência na organização social brasileira. Assim, a autora revisita e analisa os conceitos de solidariedade da teoria social frente à formação social brasileira, de forma a elucidar os problemas atuais da ausência de direitos para a maioria minorizada do país.

O Capítulo, de autoria de **Isabel Coelho** e intitulado *Manicômios judiciários - o fim está próximo: a resolução nº 487 do CNJ, trata da Reforma Psiquiátrica no Brasil*. Como afirma Isabel Coelho, o ano de 2001 foi marcado pela edição da Lei nº 10.216, que representou o início da Reforma Psiquiátrica no Brasil, após mais de 30 anos do movimento da luta antimanicomial. Foram muitas denúncias de horrores praticados pelas instituições psiquiátricas. De lá para cá, mais de 70 mil leitos foram fechados, o que significa que mais de 70 mil vidas foram libertadas e tiveram sua dignidade restaurada. Porém, segundo a autora, a Reforma Psiquiátrica não se limitou ao fechamento dos hospitais (desospitalização); trata-se de um movimento social complexo, que passa pela transformação do que a sociedade sempre entendeu como “loucura” e que tem que penetrar nas esferas política e jurídica para que tenha concretização prática. Demorou, segundo Isabel Coelho, vinte e dois anos para que esse debate atingisse uma parcela invisível e de extrema vulnerabilidade, o chamado “louco infrator”, que acaba sendo duplamente punido: por ser “louco” e por ser criminoso. Segundo a autora, a Resolução 487/23 veio para corrigir esse erro histórico de omissão do Poder Público, que continuou internando e conferindo tratamento manicomial a tais pessoas, em completo desacordo com as diretrizes da Lei nº 10.216/01.

O Capítulo elaborado por **Laura Ferla Tuma**, denominado: *Nascer no Cárcere: O abandono institucional de bebês e crianças nas penitenciárias brasileiras*, versa sobre a falência generalizada do sistema carcerário brasileiro é histórica e permanente; as circunstâncias das instalações prisionais são degradantes e cruéis, permeando graves violações aos Direitos Humanos. Segundo Laura Ferla Tuma, apesar de ser um ambiente predominantemente masculino, o Brasil ocupa a quarta posição entre os países que possuem a maior população carcerária feminina do mundo e os dados são crescentes. O aumento no número de mulheres em situação de prisão nos últimos anos criou, segundo a autora, uma problemática ignorada por órgãos públicos e a sociedade: a carência afetiva e material de quem nasce encarcerado. Assim, capítulo de Laura Ferla Tuma analisa as perspectivas e consequências no desenvolvimento dos bebês que são gestados, nascem e/ou crescem dentro das penitenciárias do país.

O capítulo desenvolvido por **Fernanda dos Reis Marques**, intitulado: *Trajatória da Propriedade Privada: Da Sua Origem aos Desdobramentos ao Longo do Tempo*, busca elucidar a evolução da propriedade privada desde a Antiguidade até os dias atuais, abrangendo a Idade Média e destacando sua atual configuração no ordenamento jurídico brasileiro. A autora examina o surgimento desse conceito e a conformação do modelo atual de propriedade privada, caracterizado pelo sistema capitalista. Segundo a autora, a propriedade privada inicialmente era comunal, destinada à subsistência das pessoas, sem cercamentos, resultando em um acesso livre aos “bosques”. Somente após a Revolução é que surgiu a propriedade privada capitalista, com a possibilidade da monopolização das terras e sua transformação em mercadoria. Segundo Fernanda dos Reis Marques, no contexto jurídico brasileiro, apesar da plenitude da “propriedade privada”, a Constituição Federal de 1988 a defende vigorosamente, considerando-a um direito fundamental, mas também exige que cumpra sua função social, sob pena de perda da propriedade.

Giulia Duarte Manzoni, autora do capítulo: *Breves considerações sobre a industrialização nos primeiros anos do Brasil*, trata de

um estudo do desenvolvimento histórico da industrialização no Brasil Império e Primeira República, no qual são abordados os aspectos que moldaram a sociedade brasileira nestes períodos, e como influenciaram o processo de industrialização. No trabalho de Giulia Duarte Manzoni, estudam-se influências dos países industrializados que exploraram atividades no Brasil, e como esta exploração se deu no contexto complexo de coexistência entre os fazendeiros do café, a nascente burguesia e a escravidão.

Aline Barbosa Almeida, produziu o capítulo intitulado: *Reforma Tributária – sua história e o que esperar de bom para o Brasil?* Segundo Aline Almeida, o grande debate político-econômico sobre a reforma tributária no período recente tem demonstrado pelo menos nas diversas discursões e propostas apresentadas, que existe ainda o desejo de mudanças estruturais que permitam o desenvolvimento econômico e que possam sanar as desigualdades sociais. O objetivo de seu capítulo é tratar da Reforma Tributária através de sua história e os princípios constitucionais norteadores dos tributos. E também analisar de forma crítica seu estágio atual através da proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, a fim de vislumbrar as possibilidades de melhorias e simplificação nos processos tributários, redução de carga tributária e dentre outros pontos que possam ampliar o debate acerca de um sistema tributário que seja rico tanto em eficiência, quanto em equidade, e ajude no desenvolvimento econômico do Brasil.

Fernanda de Matos Sepúlveda, através do capítulo *As estatais brasileiras como instrumento fundamental do desenvolvimento*, analisa a origem e a evolução das empresas estatais brasileiras, com o objetivo de verificar o papel estratégico que podem desempenhar para o desenvolvimento do país. Para tanto, são examinados dados históricos sobre a criação das estatais, as finalidades para as quais foram designadas, os setores da economia em que atuam, o perfil que assumiram desde a origem, indagando-se, a partir dos dados coletados, se ainda há a possibilidade de o Estado brasileiro as enxergar como potenciais instrumentos de desenvolvimento.

O capítulo de **Helena Cristina R.A.O. Mattos**, *Empréstimo Consignado para Beneficiários de Programas de Transferência de Renda: desenvolvimento ou superendividamento?* Analisa o teor dos enunciados 1º e 2º da Lei 14.431 de 03 de agosto de 2022, que alterou a Lei 10.820 de 17 de dezembro de 2003, e a Portaria do Ministério da Cidadania de nº 816, de 26 de setembro de 2022, que autorizaram a modalidade de crédito denominada empréstimo consignado aos beneficiários do programa de transferência de renda, à época designado Auxílio Brasil, e as repercussões que tal medida concessiva pode gerar na perspectiva da situação de vulnerabilidade social e econômica de seus beneficiários. O Capítulo é de grande relevância para a discussão da proteção dos economicamente vulneráveis em estado de subcidadania pela fragilidade alimentar e o desenvolvimento econômico. Assim, Helena Cristina R.A.O. Mattos buscou responder às seguintes indagações: 1) A concessão do empréstimo consignado aos beneficiários de créditos decorrentes de transferência governamental é uma forma de mitigar a pobreza? 2) Há responsabilidade do Governo Federal ou de entidades bancárias que oferecem o empréstimo consignado para os beneficiários desses repasses governamentais? A pesquisa baseou-se em revisão bibliográfica, contextualizando, de forma resumida, os programas de transferência de renda, com foco no Auxílio Brasil e no Bolsa Família.

Patrícia Wanderkoke Gonçalves desenvolveu seu trabalho articulando os modelos de privatizações brasileiros, com especial análise para a cotização da Eletrobrás.

Felipe Lanna Passos Cunha, em seu trabalho, analisou a função social do contrato, destacando sua importância na promoção de relações comerciais justas e equilibradas. Felipe explorou os princípios da função social do contrato, bem como os benefícios que sua aplicação traz para a sociedade. Além disso, apresentou atualizações ao referido instituto jurídico, por meio de exemplos para fixação do entendimento por parte do leitor, que evidenciam a relevância da evolução na aplicação do conceito atualmente.

Rogério Borba, em seu capítulo, intitulado: *A relação entre sociedade e poder judiciário*, aborda como a sociedade interage com o Poder Judiciário, as vezes tão incompreendido, seja pela complexidade de sua atividade, seja pelo seu distanciamento com as pessoas.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2024

Renan Aguiar
(organizador)

O Golpe de 1964, os Atos Institucionais e o caminho escolhido para institucionalizar um regime militar no Brasil - o direito como pano de fundo para a legitimação de regimes autoritários e a salvaguarda oriunda dos direitos humanos como vetor de superação do autoritarismo

Renan Aguiar¹
José Fabio Rodrigues Maciel²

Introdução

Em determinados momentos da história brasileira há recrudescimento dos direitos e garantias, com o surgimento de políticas públicas que vão na contramão da equalização de direitos. Surgem governantes e governos autoritários que pregam e disseminam formas de atuação que reforçam o poder de determinados segmentos sociais em face de outros.

Com base em pesquisa bibliométrica e em documentos históricos, este texto traz questionamentos e respostas sobre a legitimação de regimes autoritários com o uso do Direito, e se este de fato funciona como legitimador do autoritarismo de Estado. Para tanto é de suma importância conhecer a história de formação da sociedade brasileira e também as formas de funcionamento dos regimes autoritários, expondo os fatos históricos que muitas vezes são encobertos exatamente pela falta de transparência de tais regimes.

¹ Graduado em Direito pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, doutor em Direito pela Universidade Federal Fluminense e professor do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Cândido Mendes. Autor, com diversos livros publicados na área, com destaque para Manual de História do Direito, em sua 10^a edição pela Editora Saraiva.

² Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (1997) e mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003), doutorando no Programa Letras (Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa), pela Universidade de São Paulo – USP. É Advogado e Professor de História do Direito e Direito Constitucional. Autor, com diversos livros publicados na área, com destaque para Manual de História do Direito, em sua 10^a edição pela Editora Saraiva.